

Nem a guerra, nem a paz

Resenhas

nem a guerra, nem a paz

THIAGO RODRIGUES

Frédéric Gros. *Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra*. Tradução de José Augusto da Silva. Aparecida, Ideias & Letras, 2009, 277 pp.

A guerra é a saúde do Estado, anotou o anarquista Randolph Bourne, ao final da Primeira Guerra Mundial. Ele presenciara o embate entre Estados-nação que, juntamente com a guerra que aconteceria 20 anos depois, é considerado o ápice da chamada *guerra moderna*, aquela que os Estados soberanos procuraram monopolizar, a partir do final da Idade Média, visando *sobreviver* e *expandir*. Guerra justificada, de Maquiavel a Clausewitz, passando pelos juristas como Hugo Grotius, como instrumento do poder político centralizado, a ser utilizado para sua glória e saúde.

No entanto, essa guerra com exércitos claramente identificados, com tropas obedecendo a um comando central e violências pautadas em protocolos diplomáticos e convenções humanitaristas foi uma produção da modernidade que começou a se dissipar rapidamente, após 1945, no confuso

Thiago Rodrigues é pesquisador no Nu-Sol e professor no Departamento de Ciência Política e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Estudos Estratégicos da UFF.

emaranhado de guerras civis, guerras de guerrilhas, revolucionárias ou de libertação nacional, intensificado com a emergência de ilegalismos transterritoriais e do chamado terrorismo fundamentalista islâmico, a partir da década de 1990. Então, esse rápido desaparecer das guerras de Estados significaria o *fim da guerra*?

O filósofo francês Frédéric Gros enfrenta essa pergunta propondo uma genealogia da ética e do pensamento sobre a guerra no Ocidente a fim de compreender as transformações contemporâneas do conflito violento entre os homens. Nesse percurso, Gros não reluta em afirmar que “a guerra como ‘conflito armado, público e justo’ desaparece lentamente” (p. 254), mas não para ser substituída pela paz perpétua kantiana, tampouco para ser sucedida pela *barbarie*. Para Gros, algo novo emerge, com uma lógica própria, difícil de ser apreendido porque fluído, veloz, rompe a racionalidade da guerra *pelo* e *para* o Estado e se realiza através e para além das fronteiras nacionais; algo que “não a guerra, [e] que poderia ser provisoriamente chamado de ‘estados de violência’, porque eles se oporiam ao que os clássicos tinham definido como ‘estado de guerra’ e também como ‘estado de natureza’” (p. 229).

Nem a guerra, nem a paz — como definidas pela tradição contratualista e pelos estrategistas —, mas um estado contínuo de violências difusas a romper com os princípios fundamentais da guerra interestatal. Ao contrário dela, esses estados de violência seriam *globais* (se realizariam em qualquer parte do planeta), *desregulamentados* (desconheceriam os protocolos e formalidades diplomáticas), *inconclusos* (se prolongariam sem data definida para começar ou terminar) e *privatizados* (seriam conduzidos por grupos não-estatais ou “facções armadas, redes terroristas, grupos

Nem a guerra, nem a paz

paramilitares, máfias” (p. 231) a abalar o monopólio da violência estatal).

Nos *estados de violência* coexistem o *high tech* e as armas rudimentares; os nacionalismos, racismos, radicalismos religiosos e as máfias e empresas ilícitas; as novas coalizões militares multinacionais e os homens-bomba e aviões-mísseis; os ataques pela internet e as batalhas em favelas, ruas, selvas e desertos. “Hoje”, afirma Gros, “não há mais guerra nem paz (...) a paz é um estado de guerra calmo, estabilizado. O conflito é a concreção pontual das ameaças, a efetividade brutal de uma latência contínua” (p. 243). Guerra e paz como modulações de estados de violência.

Ao destacar a dissolução entre guerra e paz, Gros mostra ao leitor que a própria história da produção de conceitos sobre guerra e paz também é um combate travado entre tradições: de um lado, a filosofia política que, desde ao menos o século XVI, esforçou-se para defender e justificar a existência do Estado como meio único para evitar as misérias de um suposto estado de natureza; de outro lado, uma série cujas procedências remontam aos pré-socráticos como Heráclito, que contemporaneamente aproximaria Pierre-Joseph Proudhon, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, e que compreende a política como combate ininterrupto e a guerra como princípio organizador das sociedades, como força fundadora do direito, modeladora das instituições e produtora de resistências (pp. 167-177).

A partir da exposição dessas séries em luta, Gros indica uma análise dos *estados de violência*, chamando a atenção para uma alteração importante na moral da guerra: na modernidade a *guerra* era aceitável como recurso legítimo de política exterior e a *intervenção na política interna de outro Estado* era recriminável, pois violava o princípio-chave do

respeito à soberania política; hoje, todavia, a guerra justificada pelo interesse nacional tornou-se crime proscrito pelo direito internacional, ao passo que as intervenções proliferaram em nome da democracia, dos direitos humanos, da garantia de *uma* ordem global. Hoje os Estados, quando vão a guerra, vão juntos, formando coalizões e justificando sua ação pela defesa da *segurança planetária*: nova versão da teoria da guerra justa que, de modo interessante, se aproxima do universalismo teológico medieval, que considerava justa a violência em nome da fé.

Para Gros, o que está em jogo é, precisamente, a manutenção dessa segurança planetária que torna as guerras, agora *intervenções*, apenas “a ponta armada de um dispositivo geral de segurança (...) [que visa a] regulação dos estados de violência [o que] supõe levar em conta uma trama única comportando todos os riscos incorridos pelo vivente, do vírus ao atentado terrorista” (p. 245). O alvo, então, seria a proteção dos indivíduos vivos em escala global — uma redução geral dos riscos —, o que incluiria a preservação do meio ambiente. Assumindo que o objetivo das intervenções para a gestão dos *estados de violência* é manter a segurança dos viventes, Gros recorre a Foucault para afirmar que “toda segurança é uma biopolítica” (p. 245).

A noção de *biopolítica* desenvolvida por Foucault voltou-se para a análise de um processo histórico-político no qual interessava compreender a produção de tecnologias de governo relacionadas aos Estados modernos, no momento em que as populações converteram-se em uma questão política crucial na Europa da passagem do século XVIII para o XIX. Gros, ao contrário, situa sua análise no tempo presente, considerando as intervenções como ações destinadas a manter a “fluidez dos escoamentos (...) dos fluxos transnacionais” (p. 248) de produtos, dados infor-

Nem a guerra, nem a paz

macionais e capital num “mundo global” (p. 243). Esses fluxos a que se refere Gros, todavia, parecem mais afeitos aos redimensionamentos econômicos e políticos registrados após 1945, naquilo que Gilles Deleuze — que Gros não menciona — chamou de *sociedade de controle* do que ao conjunto de tecnologias biopolíticas do século XIX.

Desse modo, seria possível questionar-se se a noção de *biopolítica* seria mesmo a mais precisa para descrever e analisar os *estados de violência*. É certo que Foucault, em seu curso *Segurança, território, população*, apresentado no Collège de France em 1978, lidou com o tema da *segurança* no plano internacional quando se preocupou em mostrar como a formação do Estado moderno foi um processo simultaneamente *interno*, de afirmação e justificação do poder político centralizado e suas tecnologias de governo, e *exterior* na produção de um *sistema de segurança* diplomático-militar voltado para regular as relações entre unidades soberanas por meio do equilíbrio de poder, da diplomacia e de eventuais guerras que recompusessem arranjos de força.

A *biopolítica* das populações despontaria, então, num momento subsequente, sendo própria a cada Estado que, por sua vez, se inseria nesse quadro geral internacional de equilíbrio de forças. Diante dos redimensionamentos contemporâneos da soberania e das tecnologias de governo, que projetam meios de gestão transterritoriais voltados ao planeta, seus habitantes e seus fluxos, seria ainda o caso de tratar das *biopolíticas* ou seria momento de notar e problematizar um novo desdobramento do conjunto de técnicas de governo nesse mundo não mais *internacional* (ou *interestatal*), mas *global*? Os novos problemas apresentados hoje aos poderes centralizados parecem colocar em prática outras tecnologias de governo que não mais a *biopolítica*,

exigindo novo trabalho de problematização, mesmo que seja a partir do sugerido e produzido por Foucault.

De todo modo, o livro de Frédéric Gros realiza um importante movimento ao ativar uma série que poderia ser chamada de *agonística* — do grego *αγωνισμα*, “combate” —, com Proudhon, Nietzsche e Foucault, abrindo outras possibilidades de análise das estratégias e táticas pelas quais se exerce o poder político e se produzem as técnicas de governo no século XXI: uma perspectiva em combate com a lógica da filosofia política e seus desdobramentos. Gros, com sua noção de *estados de violência*, dá elementos para uma analítica disso que ainda se chama — por falta de um nome mais preciso — de *relações internacionais*, potencializando a compreensão das relações de poder no mundo de hoje, as formas pelas quais se articulam novas tecnologias de governo e, também, pelas quais podem emergir novas resistências.

arquivo, memória e luta.

ACÁCIO AUGUSTO

Rubim Santos Leão de Aquino. *Um tempo para não esquecer. 1964 – 1985*. Rio de Janeiro, Coletivo A/Ed. Achiamé, 2010, 280 pp.

No Brasil, entre a instauração das atuais tecnologias de controle e governos e as precedentes tecnologias disciplina-

Acácio Augusto é doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP, pesquisador no Nu-Sol/PUC-SP, professor colaborador no Departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP e no Curso de Relações Internacionais da FASM.